

COLEÇÃO - A
TEOLOGIA BRASILEIRA

Fundamentos da
teologia reformada



Editora Mundo Cristão
São Paulo

Sumário

<i>Introdução</i>	7
1. O Deus que se revela	25
2. As Escrituras	39
3. O homem	47
4. Jesus Cristo	59
5. A soberania e a graça de Deus	77
6. O Espírito Santo	91
7. A Igreja de Deus	111
8. O espírito de oração	119
9. O culto cristão	127
10. O sacramento da ceia do Senhor	145
11. A ética do trabalho e a ação social	155
12. A segunda vinda de Cristo	169
13. O Juízo Final	185
<i>Conclusão</i>	197
<i>Bibliografia</i>	205
<i>Sobre o autor</i>	221

Introdução

CONCEITUANDO TEOLOGIA REFORMADA

Teologia

A palavra “teologia” resulta da junção dos termos gregos: *theos* (“Deus”) e *logos* (“estudo”, “tratado”, “discurso”). Platão (427-347 a.C.) usou esse vocábulo com o sentido de história de mitos e lendas dos deuses contada pelos poetas.¹ Na Grécia antiga, os poetas foram os primeiros a se intitular *teólogos* “por comporem versos em honra aos deuses”,² uma vez que teologia referia-se às discussões filosóficas a respeito de seres divinos (teogonias) e do mundo (cosmogonias).

No final do século II, Clemente de Alexandria (c. 150-c. 215) contrapôs *theologia* a *mythologia*. Aquela, na condição de verdade cristã a respeito de Deus, era superior às histórias da mitologia pagã.

A palavra “teologia” parece ter sido incorporada à linguagem cristã nos séculos IV e V. Referia-se à genuína compreensão das Escrituras. Contudo, o emprego estava restrito ao conhecimento a respeito da pessoa de Deus.³ A partir de *Theologia christiana*, obra de Abelardo (1079-1142), passou a designar um corpo de doutrina.⁴

Os pais da Igreja cognominaram o evangelista João de “o teólogo”, por tratar mais detalhadamente do “relacionamento interno

¹ A *República*, 7.^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 378b-3; 379a.

² AGOSTINHO, *A cidade de Deus*, XVIII.14.

³ Cf. Alister E. McGRATH, *Historical Theology*, p. 1.

⁴ Cf. A. H. STRONG, *Systematic Theology*, p. 1.

das pessoas da Trindade”.⁵ Gregório de Nazianzo (c. 330-389) também recebeu esse título, especialmente pela defesa da divindade de Cristo. João Calvino (1509-1564) foi denominado “o Teólogo” por Filipe Melanchthon (1497-1560).

Limitando-se à etimologia, a disciplina “teologia” normalmente é definida como “ciência que trata de Deus”⁶, “pensamento ou raciocínio sobre Deus”. Agostinho (354-430) a define como “razão ou discurso sobre a divindade”.⁷ Mesmo no étimo, a concepção não é unívoca. A teologia pode ser concebida como Deus falando dele (o conhecimento que tem de si) ou o homem falando de Deus (o saber que tem acerca do Senhor); ambas são interpretações possíveis.

Outra conceituação comum: teologia é a “ciência da religião”. Essa definição, além de genérica, carece de conceituação do que significa “religião”: se está sendo considerada “subjctivamente” (a soma total das manifestações religiosas) ou “objetivamente” (as obrigações do homem conforme as prescrições divinas). Seja qual for o escolha, teremos dificuldade em conceituar “teologia”.

A teologia pode ser definida operacionalmente como o estudo sistemático da revelação especial de Deus registrada nas Escrituras, tendo por finalidade glorificar a Deus por meio do conhecimento da sua Palavra e da obediência à ela. “O tema e o conteúdo da teologia é a Revelação de Deus.”⁸ Dessa concepção, seguindo a linha do teólogo reformado Kuyper (1837-1920),⁹ subentende-se que:

1. A teologia nunca é “arquetipa”, mas “éctipa”;¹⁰ não é gerada pelo esforço de nossa observação de Deus, mas é o resultado

⁵ A. H. STRONG, *Systematic Theology*, p. 1.

⁶ LOUIS BERKHOF (1873-1957) diz que em geral os teólogos reformados conceberam esta definição (*Introduccion a la Teologia Sistemática*, p. 30).

⁷ *A cidade de Deus*, vol. 1, VIII.1, p. 301.

⁸ JOHN MACKAY, *Prefacio a la Teologia Cristiana*, p. 28.

⁹ *Principles of Sacred Theology*, § 60, p. 257s.

¹⁰ *Éctipo* vem do grego *ektupōn* (“cópia de um modelo” ou “reflexo de um arquetipo”), passando pelo latim *ectypus* (“feito em relevo”, “saliente”). É o oposto a *arquetipo* (do grego *archētupōn* = “original”, “modelo”).

da revelação soberana e pessoal de Deus. Uma *teologia arquetípica* pertence somente a Deus, porque apenas ele se conhece perfeitamente, tendo até ciência completa do seu conhecimento perfeito. Por isso, a teologia sempre será o efeito da ação reveladora, inspiradora e iluminadora de Deus através do Espírito; nunca é a causa primeira; sempre é o efeito da ação primeira de Deus em revelar-se. Em todo e qualquer enfoque que dermos à realidade, isto deve ser considerado: “No princípio Deus...”. A teologia sempre é “... relativa à revelação de Deus. Deus precede e o homem acompanha. Este ato seguinte, este serviço, são pensamentos humanos concernentes ao conhecimento de Deus”.¹¹

2. A teologia não termina em conhecimento teórico e abstrato, antes se plenifica no conhecimento prático e existencial de Deus através das Escrituras e da iluminação do Espírito. Conhecer a Deus é obedecer a seus mandamentos. Fazer teologia é tarefa da Igreja; não é um estudo descompromissado feito por transeuntes acadêmicos. Brunner (1889-1966) afirma: “Pensamento dogmático não é somente pensar *sobre* a fé, é um pensar *crendo*”.¹²

Teologia reformada

Trata-se da teologia oriunda da Reforma (calvinista) em distinção à luterana. O designativo “reformada” é preferível ao “calvinista”¹³ — ainda que o empreguemos indistintamente —, considerando o fato de que a teologia reformada não provém estritamente de Calvino.¹⁴

¹¹ Karl BARTH, *The Faith of the Church*, p. 27.

¹² *Dogmática*, vol. I, p. 18.

¹³ A expressão *calvinismo* foi introduzida em 1552 por Joaquim Westphal (c. 1510-1574), polemista e pastor luterano em Hamburgo, para referir-se aos conceitos teológicos de Calvino, que deplorou a expressão. Karl Barth disse corretamente: “‘Calvinismo’ é um conceito que devemos aos historiadores modernos. Quando o usarmos, tenhamos a certeza que as Igrejas reformadas do século XVI, do século XVII, e mesmo a do século XVIII, jamais se nomearam ‘calvinistas’” (*Calvin*, p. 10). Para mais informações, consulte W. S. REID, “Tradição reformada”, em Walter A. ELWELL, *Enciclopédia histórico-teológica da Igreja cristã*, vol. III, p. 562. Veja também Alister E. McGRATH, *Reformation Thought*, p. 9; *A Life of John Calvin*, p. 202-203.

¹⁴ Cf. Alister E. McGRATH, *Teologia sistemática, histórica e filosófica*, p. 99.

Sabemos de antemão que um pequeno trabalho como este privilegia aspectos e omite outros; toda escolha envolve uma rejeição, consciente ou não. Como não podemos ter todas as visões, temos algumas, que não são necessariamente as melhores nem pretendem ser as únicas. De certo modo, somos mais ou menos cativos de nossas perspectivas. Se reconhecer isso não é essencialmente uma virtude, pelo menos serve de alerta para autores e leitores. Além disso, há sempre o sentimento de frustração para quem escreve e, de certo modo, para o especialista que o lê, visto que ambos gostariam de fazer algumas mudanças ou simplesmente reescrevê-lo, seja pela omissão de temas, pelo pequeno espaço dedicado a certos assuntos, seja pelo detalhamento desnecessário a outros. Quem escreve, gostaria de desenvolver melhor determinados temas, os quais aprecia tanto, mas não pode. Considerando esses aspectos subjetivos e as limitações do autor, tentemos aproveitar o que for possível da leitura nos preparando para elaborar algo mais completo.

OS CREDOS E A REFORMA

Importância e objetivo dos credos

Os credos da Reforma são as confissões de fé e os catecismos produzidos nesse período ou sob sua inspiração teológica.

Os séculos IV e V foram para a elaboração dos credos o que os séculos XVI e XVII foram para a feitura das confissões e dos catecismos. A razão parece evidente: na Reforma, as igrejas logo sentiram a necessidade de formalizar a fé, apresentando sua interpretação sobre diversos assuntos que as distinguiam da Igreja Romana. Com o tempo, surgem outras denominações, que discordavam entre si sobre alguns pontos, o que gerou a necessidade de estabelecer princípios doutrinários próprios.

Calvino afirmou que a fé deve ser “explícita”, mas ressaltou que muito do que cremos permanecerá nesta vida de forma implícita por duas razões: a) nem tudo foi revelado por Deus; b) nossa ignorância e pequenez espiritual. Por isso, o ensino e estudo constantes da Palavra do Senhor são necessários, a fim de que cada homem,

responsável diante de Deus, tenha condições de se posicionar diante do Criador de forma consciente.¹⁵ A fé explícita é patenteada pela Igreja mediante o ensino da Palavra.

Essa necessidade determina o uso da razão, a fim de apresentar a doutrina de forma mais razoável possível e simples ao mesmo tempo. *Amplitude* e *simplicidade* são dois marcos do ensino ortodoxo. O ser humano é responsável diante de Deus, a quem dará contas de si mesmo; portanto, tendo oportunidade, ele precisa conhecer devidamente a Palavra do Senhor em toda a plenitude revelada.

Essas declarações de fé precisavam ser, até certo ponto, completas e simples, para que o cristão não iniciado nas questões teológicas pudesse entender o que estava sendo dito, confrontar esse ensinamento com as Escrituras e assim compreender bíblicamente sua fé. Esta não deveria ser apenas “implícita”,¹⁶ mas “explícita”.

OS CATECISMOS

Nesse contexto e com objetivos eminentemente didáticos surgem os catecismos (do gr. *katekhéo* = “ensinar”, “instruir”, “informar”; cf. Lc 1:4; At 18:25; 21:21,24; Rm 2:18; 1Co 14:19; Gl 6:6), constituídos, em boa parte, de perguntas e respostas. Até o século XVI, a palavra *catecismo* não fora usada nesse sentido.¹⁷ Os catecismos visavam à instrução de crianças e adultos, e isso contribuiu decisivamente para sua proliferação, sendo que a maioria jamais passou da forma manuscrita, visto que muitos pastores os elaboravam apenas para a congregação local, objetivando atender necessidades doutrinárias.

A primeira obra a receber o título *catecismo* foi o de Andreas Althamer (c. 1500-1539) em 1528.¹⁸ Os mais influentes no século XVI foram, porém, os de Lutero (1483-1546): o *Catecismo maior* (1529) e o

¹⁵ Veja *As institutas*, III.1.3. Cf. tb. III.2.5s.

¹⁶ Calvino combatera a “fé implícita”, patente na teologia católica romana, chamando-a de “espectro papista” que “separa a fé da Palavra de Deus” (cf. *Exposição de Romanos*, p. 375).

¹⁷ Veja D. F. WRIGHT, “Catecismos”, em Walter A. ELWELL, *Enciclopédia histórico-teológica da Igreja cristã*, vol. I, 249.

¹⁸ *Idem*, p. 250.

Catecismo menor (1529), em cujo prefácio Lutero declara por que o redigiu e apresenta sugestões de como ensiná-lo à congregação. Ele quase sempre inicia os capítulos com este teor: “Como o chefe de família deve ensiná-lo com toda a simplicidade à sua casa”, e outras expressões afins. A respeito de suas motivações, ele declarou:

A lamentável e mísera necessidade experimentada recentemente, quando também eu fui visitador,¹⁹ é que me obrigou e impulsionou a preparar este catecismo ou doutrina cristã nesta forma breve, simples e singela. Meu Deus, quanta miséria não vi! O homem comum simplesmente não sabe nada da doutrina cristã, especialmente nas aldeias. E, infelizmente, muitos pastores são de todo incompetentes e incapazes para a obra do ensino. [...] Não sabem nem o Pai-Nosso, nem o Credo, nem os Dez Mandamentos.²⁰

Mais tarde, Calvino elaborou um catecismo intitulado *Instrução e confissão de fé, segundo o uso da Igreja de Genebra* (1536-1537).²¹ Desde 1561, todo ministro da igreja deveria jurar fidelidade aos ensinamentos nele expressos e comprometer-se a ensiná-los.

AS CONFISSÕES

Basicamente, as confissões não foram feitas para a instrução na fé cristã (essa era a função dos catecismos). Elas poderiam ser produzidas individualmente para uso privado (*A segunda confissão helvética*); por um concílio de uma igreja em particular (*Cânones de Dort*); por um indivíduo que age como representante de sua igreja (*Confissão de Augsburgo*); por um grupo de teólogos convocados pelo Estado (*Confissão de Westminster*); ou escrita como defesa de sua fé durante terrível perseguição (*A confissão dos valdenses*) etc.

Não havia regra para a elaboração de uma confissão; os contextos eram variados. Apesar de haver motivações comuns a todas

¹⁹ Lutero viajou pela Saxônia Eleitoral e por Meissen, entre 22/10/1528 e 9/1/1529.

²⁰ “Catecismo Menor”, em *Os catecismos*, p. 363.

²¹ Esse catecismo (em português: *Instrução na fé* [Goiânia: Logos, 2003]) é um resumo da primeira edição de *As institutas* (1536).

elas, existiam circunstâncias especiais que conduziam a determinadas ênfases, especialmente no que se refere às questões relativas ao governo e à Igreja Romana.

Isso levanta o problema da unificação das confissões. Em 1530, Carlos V, imperador da Alemanha, convoca a Dieta de Augsburg, cujo objetivo era a unificação político-religiosa dos seus domínios. Nasceu então a *Confissão de Augsburg*, redigida por Melanchthon, com o consentimento de Lutero. O imperador não a aceitou e proibiu sua divulgação; mesmo assim, em pouco tempo, ela foi propagada em toda a Alemanha.

Calvino entende que a divergência em questões secundárias não deve servir de pretexto para a divisão da Igreja; afinal, todos, sem exceção, estão envoltos de “alguma nuvenzinha de ignorância”.²² Após argumentar contra aqueles que chamavam os reformados de hereges, ele ressalta que a unidade cristã deve ser na Palavra, baseando-se em Efésios 4:5, Filipenses 2:1,5 e Romanos 15:5.²³

Para os irmãos refugiados em Wezel (Alemanha), que sofriam diversas pressões dos luteranos e sobreviviam numa pequena igreja reformada, Calvino, em 1554, os consola mostrando que, apesar dos grandes problemas pelos quais passavam o mundo, Deus lhes havia concedido um lugar onde poderiam adorar a Deus em liberdade. Também os desafia a não abandonarem a igreja por pequenas divergências nas práticas cerimoniais, sendo tolerantes a fim de preservar a unidade. Contudo, os exorta a jamais fazerem acordos em pontos doutrinários.²⁴ Mesmo desejando a paz e a concórdia, Calvino entendia que essa paz nunca poderia ser em detrimento da verdade, pois, se assim fosse, essa “paz” seria maldita.²⁵

²² *As institutas*, IV.1.12. Cf. tb. IV.1.15 e *O Livro dos Salmos*, vol. 2, p. 401.

²³ *As institutas*, IV.2.5. Calvino afirmou: “... onde os homens amam a disputa, estejamos plenamente certos de que Deus não está reinando ali” (*Exposição de 1Coríntios*, p. 436). Timothy GEORGE comenta: “Calvino não estava disposto a comprometer pontos essenciais em favor de uma paz falsa, mas ele tentou chamar a igreja de volta à verdadeira base de sua unidade em Jesus Cristo” (*Teologia dos reformadores*, p. 182-183).

²⁴ To the Brethren of Wezel, “Letter”, *John Calvin Collection*, [CD-ROM], n.º 346, p. 32-34.

²⁵ *Exposição de 1Coríntios*, p. 437.

Respondendo a uma carta de Thomas Cranmer (1489-1556)²⁶ convidando-o para uma reunião com o objetivo de preparar um credo que fosse consensual para as igrejas reformadas, Calvino, mesmo não podendo ir, o encoraja a manter esse objetivo.²⁷ A certa altura diz: “... Estando os membros da Igreja divididos, o corpo sangra. Isso me preocupa tanto que, se pudesse fazer algo, eu não me recusaria a cruzar até dez mares, se necessário fosse, por essa causa”.²⁸

Já no século XVII, algum progresso nesse sentido é evidente, através de formulações doutrinárias mais completas e também após passar o primeiro ardor apaixonado e exclusivista, ainda que surgissem novos debates teológicos nos séculos XVII e XVIII, no período denominado “ortodoxia protestante”. Mesmo assim, as diferenças permaneceram, mas não ferem pontos cruciais da Reforma, como: A Bíblia como autoridade final, a justificação pela graça mediante a fé, o sacerdócio universal dos santos, a suficiência do sacrifício de Cristo para nos salvar etc.

Assim, os credos da Reforma tinham três objetivos específicos:

1. Evidenciar os fundamentos bíblicos de seus ensinamentos.
2. Demonstrar que suas doutrinas estavam em acordo com os principais credos da Igreja (Apostólico, Niceno, Constantinopolitano).
3. Demarcar sua posição teológica em relação à teologia romana e às demais correntes provenientes da Reforma.

As confissões provenientes da Reforma (sécs. XVI e XVII) são divididas em dois grupos: luteranas e calvinistas (reformadas).

²⁶ Arcebispo de Canterbury, que em 1549 havia elaborado o *Livro de oração comum*, no qual enfatizava o culto em inglês, a leitura da Palavra de Deus e o aspecto congregacional da adoração cristã.

²⁷ Todavia, num primeiro momento, era impossível qualquer tentativa nesse sentido, visto haver problemas geográficos, políticos, objetivos circunstanciais diferentes e mesmo problemas doutrinários.

²⁸ *Letters of John Calvin*, p. 132-133.

Principais catecismos e confissões: subsídios históricos

Confissão gaulesa (1559)

Foi escrita por Calvino e seu discípulo Antoine de la Roche Chandieu (De Chandieu) (1534-1591), provavelmente com a ajuda de Theodore Beza (1519-1605) e Pierre Viret (1511-1571). No Sínodo Geral de Paris (26-28/5/1559), reunido secretamente, ela foi revista e ampliada. Calcula-se que a França possuía 400 mil protestantes,²⁹ existindo em fins de 1561 mais de 670 igrejas calvinistas.³⁰

Em 1571, realizou-se o Sétimo Sínodo Nacional de La Rochelle, no qual essa confissão foi revisada, reafirmada e solenemente sancionada por Henrique IV, passando a ser chamada também de *Confissão de Rochelle*. A *Confissão gaulesa* influenciou profundamente a *Confissão belga* (1561) e a *Confissão dos valdenses* (1655).

Confissão escocesa (1560)

Foi escrita sob a liderança de John Knox (1505-1572) e adotada pelo Parlamento escocês em 17/8/1560, sendo ratificada em 1567. Em 1572, todos os ministros tiveram de subscrevê-la. Ela permaneceu como confissão oficial da Igreja Reformada Escocesa até 1647, quando então a Igreja adotou a *Confissão de Westminster*.

Confissão belga (1561)

Inspirada na *Confissão gaulesa*, foi escrita em francês em 1561 por Guido (ou Guy, Wido) de Brès (1523-1567) e outros, sendo revisada e publicada em holandês em 1562, chegando a ocupar lugar de suma importância na Igreja Reformada Holandesa.³¹ Foi aprovada no Sínodo de Antuérpia (1566), no de Ambères (1566; após revisão) e em Wessel (1568), e adotada pelo Sínodo Reformado de Emden (1571), pelo Sínodo Nacional de Dort (1574), Middelburg (1581) e

²⁹ Veja W. WALKER, *História da Igreja cristã*, vol. II, p. 111.

³⁰ Veja Jean DELUMEAU, *O nascimento e afirmação da Reforma*, p. 149-150. Delumeau cita estatística de Coligny, constando a França, em 1562, de mais de 2.150 “comunidades” reformadas (*A civilização do Renascimento*, vol. I, p. 129).

³¹ Frans L. SCHALKWIJK, *Igreja e Estado no Brasil Holandês (1630-1654)*, vol. 25, p. 27.

pelo grande Sínodo de Dort (29/4/1619), que a sujeitou a minuciosa revisão, comparando a tradução holandesa com o texto francês e latino. Foi traduzida para o holandês (1562) e para o inglês (1768).

A *Confissão belga* e o *Catecismo de Heidelberg* (veja mais adiante) são os símbolos de fé das Igrejas Reformadas na Holanda e Bélgica, sendo também o padrão doutrinário da Igreja Reformada na América e na Igreja Evangélica Reformada Holandesa no Brasil.

Trinta e nove artigos da Igreja da Inglaterra (1563)

Em 1552, o arcebispo de Cantebury, Thomas Cranmer, elaborou com outros clérigos *Quarenta e Dois Artigos da Religião*; após minuciosa revisão, foram publicados em 1553 sob a autoridade do rei da Inglaterra, Eduardo VI. Mais tarde, esses Artigos foram revistos e reduzidos a 39 pelo arcebispo de Cantebury, Matthew Parker (1504-1575), e outros bispos. Esse trabalho de revisão e redução foi ratificado pelas duas Casas de Convocação, sendo os *Trinta e nove artigos* publicados por autoridade do rei em 1563. Em 1571, tornou-se obrigatória a subscrição desses Artigos por todos os ministros ingleses.

Os *Trinta e nove artigos* e o *Livro de oração comum* (1549) são os símbolos de fé da Igreja da Inglaterra e, com algumas alterações, das demais igrejas da Comunhão Anglicana.

Catecismo de Heidelberg (1563)

Foi escrita por dois jovens teólogos: Caspar Olevianus (1536-c. 1587), professor de teologia na Universidade de Heidelberg, que recebeu influência de Melanchton e de Peter Martyr Vermigli (1560-1562), e Zacharias Ursinus (1534-1583), ex-aluno de Melanchton, em Wittenberg (1550-1557), e amigo de Calvino.

No prefácio da primeira edição, Frederico III, o “Piedoso” (1515-1576), estabeleceu três propósitos para esse catecismo: 1) instrução catequética; 2) guia para pregação; e 3) forma confessional de unidade. Ele foi o primeiro príncipe alemão a adotar um credo reformado distinto do luterano.

Adotado por um Sínodo de Heidelberg (19/1/1563), esse catecismo foi aceito também na Escócia, servindo de modo especial

para o ensino das crianças. O Sínodo de Dort também o aprovou. Heidelberg é o símbolo das igrejas reformadas da Alemanha, da Holanda, dos Estados Unidos e do Brasil.

Os dois pontos fortes desse catecismo são o aspecto *não polêmico* (com exceção da pergunta 80) e o *tom pastoral*; suas respostas são uma declaração pessoal de fé, tendo as verdades teológicas aplicação bem direta às necessidades cotidianas do povo de Deus.

Por ter sido traduzido para todas as línguas européias e muitas asiáticas, P. Schaff (1819-1893) diz que *Heidelberg* “tem o dom pentecostal de línguas em raro grau”.³²

Segunda confissão helvética (1562-1566)

Foi primariamente elaborada em latim, em 1562, pelo amigo, discípulo e sucessor de Zuínglio (1484-1531), Henry Bullinger (1504-1575). Em 1564, quando a peste voltou a atacar em Zurique, Bullinger perdeu a esposa e as três filhas. Ele mesmo ficou doente, mas foi curado. Nesse ínterim, fez a revisão da confissão de 1562. Como espécie de testamento espiritual, anexou-a ao seu testamento, para ser entregue ao magistrado da cidade, caso falecesse. Essa confissão foi traduzida para vários idiomas (incluindo o árabe) e teve ampla aceitação em diversos países, sendo também adotada na Escócia (1566), Hungria (1567), França (1571) e Polônia (1578). Tornou-se “o elo [...] para as igrejas calvinistas espalhadas por toda a Europa”.³³

Cânones de Dort (1618-1619)

O Sínodo de Dort reuniu-se por autoridade dos Estados Gerais dos Países Baixos, em Dordrecht, Holanda, de 13/11/1618 a 9/5/1619. O Sínodo foi constituído de 35 pastores, um grupo de presbíteros das igrejas holandesas, 5 catedráticos de teologia dos Países Baixos, 18 deputados dos Estados Gerais e 27 estrangeiros, de diversos países da Europa, tais como Inglaterra, Alemanha, França e Suíça. Dort

³² *The Creeds of Christendom*, vol. I, p. 536.

³³ O. G. OLIVER JR., “Bullinger”, em Walter A. ELWELL, *Enciclopédia histórico-teológica da Igreja cristã*, vol. I, p. 216.

rejeitou os chamados “Cinco pontos do arminianismo”.³⁴ Os *Cânones de Dort* foram aceitos por todas as igrejas reformadas como expressão correta do sistema calvinista.

Seguindo J. I. Packer,³⁵ podemos resumir o sistema arminiano e calvinista da seguinte forma:

Cinco pontos do arminianismo	Cinco pontos do calvinismo
<ol style="list-style-type: none"> 1. O homem nunca é de tal modo corrompido pelo pecado que não possa crer salvaticamente no evangelho, uma vez que este lhe seja apresentado. 2. O homem nunca é de tal modo controlado por Deus que não possa rejeitá-lo. 3. A eleição divina dos que serão salvos alicerça-se sobre o fato da provisão divina de que eles haverão de crer, por sua própria deliberação. 4. A morte de Cristo não garantiu a salvação para ninguém, pois não garantiu o dom da fé para ninguém (e nem mesmo existe tal dom); o que ela fez foi criar a possibilidade de salvação para todo aquele que crê. 5. Depende inteiramente dos crentes manterem-se em um estado de graça, conservando a sua fé; os que falham nesse ponto desviam-se e se perdem. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. O homem decaído, em seu estado natural, não tem capacidade alguma para crer no evangelho, tal como lhe falta toda a capacidade para dar crédito à lei, a despeito de toda indução externa que sobre ele possa ser exercida. 2. A eleição de Deus é uma escolha gratuita, soberana e incondicional de pecadores, como pecadores, para que venham a ser redimidos por Cristo, para que venham a receber fé e para que sejam conduzidos à glória. 3. A obra remidora de Cristo teve como sua finalidade e alvo a salvação dos eleitos. 4. A obra do Espírito Santo, ao conduzir os homens à fé, nunca deixa de atingir o seu objetivo. 5. Os crentes são guardados na fé na graça pelo poder incontestável de Deus, até que eles cheguem à glória.

³⁴ Discipulos de James Arminius [Jacó Arminio] (1560-1609), antigo aluno do sucessor de Calvino em Genebra Theodore de Beza (1519-1605).

³⁵ O “antigo” evangelho, p. 6.

Confissão de Westminster e catecismos (1647-1648)

A *Confissão de Westminster*, o *Catecismo maior* (1648) e o *Catecismo menor* (1647) foram redigidos na Inglaterra, na Abadia de Westminster, por convocação do Parlamento. A assembléia funcionou de 1º/7/1643 a 22/2/1649. O objetivo primário era a revisão dos *Trinta e nove artigos*. Trabalharam no texto da confissão 121 teólogos e 30 leigos nomeados pelo Parlamento (20 da Casa dos Comuns e 10 da Casa dos Lordes), 8 representantes escoceses, 4 pastores e 4 presbíteros, “os melhores e mais preclaros homens que possuía”.³⁶

Os principais debates não foram de ordem teológica (quase todos eram calvinistas), mas sobre o governo da Igreja. “Embora houvesse diversidade quanto à Eclesiologia, havia unidade quanto à Soteriologia”.³⁷ Nesse ponto, havia quatro partidos: *episcopais*, *presbiterianos*, *independentes* (congregacionais) e *erastianos*.³⁸ Esses últimos entendiam que o trabalho do pastor era o de ensino; o pastor é o mestre. Prevaleceu, no entanto, o sistema presbiteriano de governo.

O *Breve catecismo* foi elaborado para instruir as crianças; o *Catecismo maior*, especialmente para a exposição no púlpito, mas não exclusivamente. Eles substituíram em grande parte os catecismos e as confissões mais antigos adotados pelas igrejas reformadas de fala inglesa. Apesar de a teologia dos catecismos e da *Confissão de Westminster* ser a mesma, sendo por isso sempre adotados os três, parece que os mais usados são o *Catecismo menor* e a *Confissão*.

Esses credos foram logo aprovados pela Assembléia Geral da Igreja da Escócia. Eles tiveram e têm grande influência no mundo de fala inglesa, máxime entre os presbiterianos — embora também tenham sido adotados por diversas igrejas batistas e congregacionais. No Brasil, esses credos são adotados pela Igreja Presbiteriana do Brasil, Presbiteriana Independente e Presbiteriana Conservadora.

³⁶ Archibald A. HODGE, *Confissão de Fé Westminster Comentada por A. A. Hodge*, p. 41.

³⁷ R. T. KENDALL, “A modificação puritana da teologia de Calvino”, em: W. Stanford REID, *Calvino e sua influência no mundo ocidental*, p. 264.

³⁸ Assim chamados por seguirem o pensamento de Thomas Erasto (1524-1583), médico de Heidelberg, que defendia a supremacia do Estado sobre a Igreja.

O USO DE CATECISMOS E CONFISSÕES REFORMADOS

Limites

Os credos evangélicos no que se refere à formulação doutrinária são relevantes. Depreciá-los “é uma negação prática da direção que no passado deu o Espírito Santo à Igreja”.³⁹ Em contrapartida, temos de entender – aliás, como sempre foi entendido pelos reformados – que os credos têm limite; eles são uma resposta do homem à Palavra de Deus e sumariam os artigos essenciais da fé cristã. Dessa forma, os credos pressupõem a fé, mas não a geram; esta é obra do Espírito Santo através da Palavra (Rm 10:17).

Os credos baseiam-se na Palavra, mas não são a Palavra – nem isso foi cogitado por seus formuladores; eles não podem substituir a Bíblia; somente ela gera vida pelo poder de Deus (1Pe 1:23; Tg 1:18). Para os reformados, os credos têm autoridade decorrente das Escrituras; seu valor não é intrínseco, mas extrínseco: eles são recebidos e cridos enquanto permanecem fiéis à Bíblia; assim, a autoridade deles é relativa. Para que então os credos, se temos a Bíblia? O dr. A. A. Hodge (1823-1886) apresenta relevante observação:

Todos os que estudam a Bíblia fazem isso necessariamente no próprio processo de compreender e coordenar seu ensino; e pela linguagem de que os sérios estudantes da Bíblia se servem em suas orações e outros atos de culto, e na sua ordinária conversação religiosa, todos tornam manifesto que, de um ou outro modo, acharam nas Escrituras um sistema de fé tão completo como no caso de cada um deles lhe foi possível. Se os homens recusarem o auxílio oferecido pelas exposições de doutrinas elaboradas e definidas vagarosamente pela Igreja, cada um terá de elaborar o próprio credo, sem auxílio e confiando apenas na sua sabedoria. A questão real entre a Igreja e os impugnadores de credos humanos não é, como eles muitas vezes dizem, uma questão entre a Palavra de Deus e os credos dos homens,

³⁹ Louis BERKHOF, *Introducción a la Teología Sistemática*, p. 22. John STOTT arremata: “Desrespeitar a tradição e a teologia histórica é desrespeitar o Espírito Santo que tem ativamente iluminado a Igreja em todos os séculos” (*A cruz de Cristo*, p. 8).

mas é questão entre a fé provada do corpo coletivo do povo de Deus e o juízo privado e a sabedoria não auxiliada do objeto individual.⁴⁰

Os credos são somente aproximação e relativa exposição correta da verdade revelada. Eles podem ser modificados pelo progressivo conhecimento da Bíblia, que é infalível e inesgotável. Por isso, não devemos tomá-los como autoridade final para definir um ponto doutrinário: os limites da reflexão teológica estão na Palavra. Os credos não estabelecem o limite da fé, antes a norteiam. As Escrituras sempre serão mais ricas que qualquer pronunciamento eclesiástico, por mais bem elaborado e mais fiel que seja à Bíblia. A firmeza e vivacidade da teologia reformada estão justamente em basear seu sistema em todo o desígnio de Deus, submetendo-o ele, que fala através da sua Palavra. A *Confissão de Westminster* diz:

O Juiz Supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas têm de ser determinadas, e por quem serão examinados todos os decretos de concílios, todas as opiniões dos antigos escritores, todas as doutrinas de homens e opiniões particulares, o Juiz Supremo, em cuja sentença nos devemos firmar, não pode ser outro senão o Espírito Santo falando na Escritura.⁴¹

Valor e importância

A idéia de credos desagrada a muitas pessoas, que os imaginam como empobrecimento espiritual ou amordaçamento do Espírito etc. Nessa perspectiva, a doutrina tem pouco valor; o que importa é a “vida cristã”. Daí as ênfases nas “experiências” – que, via de regra, pretendem convalidar a Palavra – ou num “evangelho” puramente ético-social. Todavia, ambos os comportamentos equivocados pecam por não compreender que a base da vida cristã autêntica é a sólida doutrina vivenciada (cf. 1Tm 4:16). Esse ponto foi salientado por D. M. Lloyd-Jones (1899-1981):

⁴⁰ *Esboços de Theologia*, p. 99.

⁴¹ Capítulo I, seção 10.

Toda a doutrina cristã visa levar, e foi destinada a levar a um bom resultado prático. [...] A doutrina visa levar-nos a Deus, e a isso foi destinada. Seu propósito é ser prática [...] a nossa vida cristã nunca será rica, se não conhecermos e não aprendermos a doutrina.⁴²

Você não poderá ser santo se não conhecer bem a doutrina. Doutrina é a ligação direta que leva à santidade. É somente quando compreendemos estas verdades fundamentais que podemos atender ao apelo lógico para a conduta e o comportamento agradáveis a Deus.⁴³

Os elementos a seguir atestam a importância e o valor dos credos:

1. Facilitam a confissão pública de nossa fé.
2. Oferecem de forma abreviada o resultado de um processo cumulativo da história, reunindo as melhores contribuições de servos de Deus na compreensão da verdade. A ciência não é privilégio de um povo ou de um indivíduo. Todo cientista — usando a figura de João de Salisbury (c. 1110-1180) — equivale a um anão nos ombros de gigantes, valendo-se das contribuições dos predecessores, a fim de poder enxergar um pouco além deles. Podemos aplicar essa figura à teologia e à tradição, como o fez J. I. Packer: “A tradição nos permite ficar sobre os ombros de muitos gigantes que pensaram sobre a Bíblia antes de nós. Podemos concluir pelo consenso do maior e mais amplo corpo de pensadores cristãos, desde os primeiros Pais até o presente, como recurso valioso para compreender a Bíblia com responsabilidade. Contudo, tais interpretações (tradições) jamais serão finais; precisam sempre ser submetidas às Escrituras para mais revisão”.⁴⁴
3. São uma exigência natural da própria unidade da Igreja, que exige acordo doutrinário (Ef 4:11-14; Fp 1:27; 1Co 1:10; Jd 3; Tt 3:10; Gl 1:8-9; 1Tm 6:3-5).

⁴² *As insondáveis riquezas de Cristo*, p. 85-86.

⁴³ *Idem*, p. 254.

⁴⁴ “O conforto do conservadorismo”, em Michael HORTON, *Religião de poder*, p. 235.

4. Visto que o cristianismo é um modo de vida fundamentado na doutrina, os credos oferecem uma base sintetizada para o ensino das doutrinas bíblicas, facilitando sua compreensão, a fim de que os cristãos sejam habilitados para a obra de Deus. Spener (1635-1705), luterano e “fundador” do “Pietismo” — que se opunha ao “escolasticismo protestante” —, insistia com os pastores em que ensinem às crianças e aos adultos, com as Escrituras, o *Catecismo menor*, de Lutero, visto ser fundamental para a sedimentação da fé.⁴⁵
5. Preservam a doutrina bíblica das heresias surgidas no decorrer da história, revelando-se de grande utilidade, especialmente nas questões controversas, dando-nos uma exposição sistemática e norteadora a respeito do assunto.
6. No que se refere à compreensão bíblica, permitem distinguir nossas igrejas das demais.
7. Servem de elemento regulador do ensino ministrado na Igreja, bem como de seu governo, disciplina e liturgia. James Orr (1844-1913), na obra-prima *O progresso do dogma*, disse: “... A idade da Reforma se destacou por sua produtividade de credos. Faremos bem se não menosprezarmos o ganho que resulta para nós destas criações do espírito do século XVI. Cometeremos grave equívoco se, seguindo uma tendência prevalecente [1897], nos permitirmos crer que são curiosidades arqueológicas. Estes credos não são produtos ressecados como o pó, senão que surgiram de uma fé viva, e encerram verdades que nenhuma Igreja pode abandonar sem certo detrimento de sua própria vida. São produtos clássicos de uma época que se comprazia em formular credos, com o qual quero dizer, uma época que possuía uma fé que é capaz de definir-se de modo inteligente, e pela qual está disposta a sofrer se for necessário — e que, portanto, não pode por menos que expressar-se em formas que não tenham validade permanente — [...]. Estes credos se têm mantido erguidos como testemunhos, inclusive em período de

⁴⁵ Veja Ph. J. SPENER, *Mudança para o futuro*, p. 32-33, 57-58, 118.

decaimento, às grandes doutrinas sobre as quais foram estabelecidas as Igrejas; têm servido como baluartes contra os assaltos e a desintegração; têm formado um núcleo de reunião e reafirmação em tempos de avivamento; e talvez têm representado sempre com precisão substancial a fé viva da parte espiritual de seus membros...”. Os credos da Reforma dão, e praticamente pela primeira vez, uma exposição conjunta de todos os grandes artigos da doutrina cristã.

8. Servem de desafio para que continuemos a caminhada na preservação da doutrina e na aplicação das verdades bíblicas aos novos desafios de nossa geração, integrando-nos à nobre sucessão dos que amam a Deus e sua Palavra e que buscam entendê-la e aplicá-la, em submissão ao Espírito, à vida da Igreja. Uma tradição saudável tem compromisso com o passado na geração do futuro.⁴⁶ Portanto, “o conservadorismo criativo utiliza-se da tradição, não como autoridade final ou absoluta, mas como recurso importante colocado à nossa disposição pela providência de Deus, a fim de nos ajudar a entender o que a Escritura está nos dizendo sobre quem é Deus, quem somos nós, o que é o mundo ao nosso redor e o que fomos chamados para fazer aqui e agora”.⁴⁷

O Antigo e o Novo Testamento usaram esse recurso para auxiliar os crentes na vida doutrinária e prática cristã, expressando também o que a Igreja cria. A teologia reformada honra a Bíblia e os credos da Igreja, enquanto estes permanecerem fiéis às Escrituras.

⁴⁶ “A tradição é o sangue da teologia. Separada da tradição, a teologia é como uma flor cortada sem suas raízes e sem o solo, logo murcha na mão. Uma sã teologia nunca nasce de novo. Ao honrar a sã tradição, se assegura a continuidade teológica com o passado. Ao mesmo tempo, a tradição cria a possibilidade de abrir novas portas para o futuro. Como diz o provérbio: ‘A tradição é o prólogo do futuro.’ Por isso, toda dogmática que se preze como tal deve definir sua posição em uma ou outra tradição confessional” (Gordon J. SPYKMAN, *Teologia reformacional*, p. 5).

⁴⁷ J. I. PACKER, “O conforto do conservadorismo”, em Michael HORTON, *Religião de poder*, p. 241.